



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

2º Trimestre - julho de 2012



Fortaleza,
setembro de 2012

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Regis Façanha Dantas - Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Conjuntura – 2º Trimestre – julho de 2012

Equipe Técnica

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenação Técnica)

Ana Cristina Lima Maia Souza

Alexandre Lira Cavalcante

Débora Gaspar Feitosa

José Freire Júnior

Klinger Aragão Magalhães

Nicolino Trompieri Neto

Odorico de Moraes Eloy da Costa

Paulo Pontes

Witalo Lima Paiva

Colaboradores

Roberto Bruno Pessoa e Silva

Rayssa Alexandre Costa

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Fortaleza - Ceará
Setembro de 2012

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA - Boletim da Conjuntura Econômica cearense, referente aos resultados do 2º trimestre e 1º semestre de 2012.

O documento utiliza como referência os cenários econômicos internacional e nacional, os quais servem para orientar a análise sobre o desempenho da atividade econômica cearense, em seus diversos aspectos.

O Boletim contempla uma série de análises, envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo socioeconômico do Ceará, destacando o comportamento setorial, como a agropecuária, indústria, comércio varejista, comércio exterior, mercado de trabalho, finanças públicas e intermediação financeira.

Ao lado dessa análise conjuntural, o Boletim abriu um espaço para reflexões dos técnicos do IPECE sobre temas de interesse da sociedade. Este número traz dois artigos abordando os temas de Crédito e Inadimplência.

Com este Boletim de conjuntura econômica, o IPECE procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1 PANORAMA INTERNACIONAL, 4

2 ECONOMIA BRASILEIRA, 5

2.1 Taxa de Juros Selic e Taxas Reais, 6

2.2 Comércio Exterior, 6

2.3 Taxa de Câmbio, 7

2.4 Inflação, 7

3. DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE, 8

3.1 Agropecuária, 10

3.2 Indústria, 14

3.3 Comércio Varejista, 15

3.4 Comércio Exterior, 19

4. MERCADO DE TRABALHO, 23

5. FINANÇAS PÚBLICAS, 25

5.1 Resultado Fiscal, 25

5.2 Receitas, 25

5.3 Despesas, 27

5.4 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, 28

5.5 Dívida, 29

6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, 30

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS, 31

8. A OPINIÃO DO IPECE, 33

O Impacto do Crédito sobre o Desenvolvimento Econômico, 33

O Aumento da Inadimplência no Brasil, 35

SUMÁRIO EXECUTIVO

- A **economia mundial** continua apresentando tendência de desaceleração em 2012, com perspectiva de crescimento de apenas 2,5%, resultante do baixo nível de atividades esperado para as economias mais avançadas.
- Para a **economia brasileira** as perspectivas também apontam desaceleração, com previsões de crescimento de 1,64%, conforme divulgou o último Relatório Focus do Banco Central.
- Para o fechamento do ano de 2012, o IPECE mantém o crescimento em torno de 4,5%, para a **economia cearense**, pelo menos até o terceiro trimestre quando se terá mais argumentos para fazer uma nova perspectiva com maior segurança.
- **Agropecuário** no primeiro semestre de 2012 foi afetado pela intensa escassez de chuva, que refletiu em perdas praticamente generalizadas. As estimativas de produção de grãos para 2012 apontam uma forte redução. Vale ressaltar que a Agropecuária contribui com 5,1% para a economia do Estado, mas é um setor que influencia outras atividades econômicas como as Indústrias de Alimentos e Bebidas, bem como o segmento das exportações.
- O **setor Industrial** cearense vem apresentando comportamento oscilante, com resultados favoráveis em alguns meses do ano de 2012, mas no primeiro semestre do ano registrou taxa negativa de 2,2%. Espera-se que no segundo semestre deste ano o desempenho do setor industrial, por meio da indústria de Transformação, melhore diante das medidas lançadas pelo governo federal de incentivo ao setor, encerrando o ano com variação positiva.
- O **setor de Serviços**, com destaque para comércio e as atividades ligadas ao turismo é o segmento com melhor desempenho. No caso do Comércio, no primeiro semestre de 2012 as vendas registraram bom desempenho, com perspectiva de variações ainda maiores do que observado no primeiro semestre do ano, considerando os efeitos da redução do IPI.
- **Comércio Exterior:** As exportações cearenses somaram, no primeiro semestre de 2012, US\$ 614,6 milhões, correspondendo a um crescimento de 0,69% em relação ao mesmo período de 2011, quando o valor importado foi de US\$ 1.150 milhões. O crescimento das importações do estado do Ceará nesta mesma comparação foi mais expressivo, 22,41%. A corrente de comércio exterior, que é a soma de todas as exportações e importações, totalizou US\$ 1.764 milhões no primeiro semestre de 2012. Esse comportamento elevou o saldo negativo da balança comercial cearense, que no primeiro semestre do ano registrou o valor de US\$ 535,1 milhões.
- O **Mercado de Trabalho**, no primeiro semestre de 2012, mostrou um menor poder de absorção de mão-de-obra, comparado ao mesmo período de 2011. De janeiro a junho de 2012 o Ceará registrou um saldo líquido de apenas 9.979 postos de trabalho, sendo o setor de Serviço o maior gerador de emprego no ano.
- **Fiscal Financeira:** No segundo bimestre de 2012 o Estado apresentou um superávit primário (que é obtido quando subtrai-se das receitas correntes as despesas correntes) de R\$ 1.305,7 milhões, segundo dados do Relatório de execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional. Comparativamente, no segundo bimestre de 2011, o superávit primário foi da ordem de R\$ 1.397,3 milhões. Estes resultados refletem o grande volume com gastos com investimento em termos nominais de R\$ 2.553 milhões realizados no ano de 2011.
- **Intermediação Financeira:** De abril de 2011 a abril de 2012 o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste cresceu 28,6%, ou seja, cerca de 57,4 bilhões em apenas um ano. Todos os estados do Nordeste também tiveram um bom desempenho.

1. PANORAMA INTERNACIONAL

Consumo interno deve ser a medida mais utilizada pelos países na intenção de recuperar o Produto Interno Bruto (PIB)

A China, que vinha sendo um dos maiores alavancadores da economia mundial, pós- crises, anunciou um crescimento econômico abaixo do esperado e o menor dos últimos três anos, com uma taxa de 7,6%, no segundo trimestre de 2012 sobre o mesmo período de 2011. Vale lembrar que no primeiro trimestre deste ano, a China cresceu 8,1%. As prováveis causas do menor dinamismo podem estar relacionadas à queda no investimento estrangeiro e uma menor demanda por seus produtos pelos Estados Unidos e alguns países europeus.

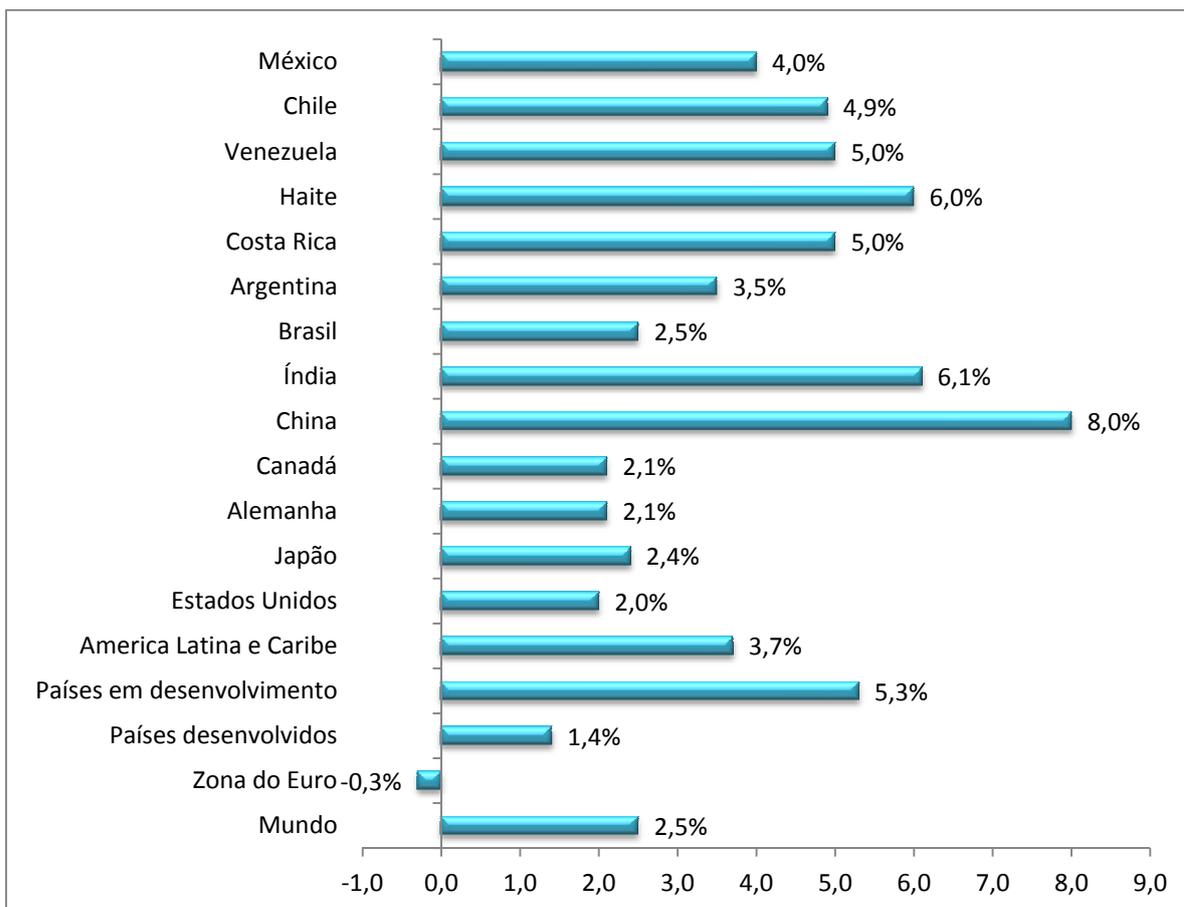
Dessa forma, com sinais de desaceleração em sua economia, seguindo o exemplo do governo brasileiro, a China pretende incentivar o mercado interno para continuar crescendo com robustez. Mas a preocupação de seus parceiros comerciais, como o Brasil, é de que o País retraia suas importações, sobretudo de matérias primas, muito embora o governo chinês tenha sinalizado que não é essa a proposta.

No geral, as medidas anticrise que o Brasil vem adotando desde a crise financeira de 2008/2009, estão servindo como orientação para outros países. Além da China, a Coreia do Sul também baixou as taxas de juros, na busca de incentivar o consumo interno.

As economias que estão dando suporte ao mundo

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu último Relatório, aponta quais as economias que deverão segurar o crescimento da economia mundial, com destaque para a China, com um crescimento de 8,0% e Índia (6,1%%), como expressa o Gráfico 1.

Os Estados Unidos, com dívidas que chegam a 70% do seu PIB, estão adotando políticas mais austeras neste ano, combinando elevação de impostos e cortes de gastos, que serão implementadas sobretudo em 2013, sugerindo que poderá ser mais um obstáculo para os países com grande relação comercial, como o Brasil.

Gráfico 1: Estimativas de crescimento (%) das regiões selecionadas - 2012 (*).

Fonte: FMI.

(*) A estimativa do PIB brasileira segundo o Relatório Focus de setembro aponta um crescimento de 1,64% em 2012 sobre o ano de 2011.

2. ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira registrou, no segundo trimestre de 2012, um leve crescimento de 0,5%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Considerando o ajuste sazonal, a taxa observada no segundo trimestre de 2012 sobre o primeiro trimestre de 2012 foi um pouco menor, 0,4%. Com esses resultados, a economia brasileira acumulou, no primeiro semestre de 2012, um avanço de 0,6% sobre igual período de 2011. Esse pífio resultado só perde para o primeiro

semestre de 2009, quando a economia brasileira registrou queda de 2,6%. Nos últimos 12 meses, a expansão foi de 1,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em termos de valores, o PIB brasileiro alcançou no segundo trimestre, o montante de R\$ 1.101,6 bilhões, sendo R\$ 938,2 bilhões de Valor Adicionado e R\$ 163,3 bilhões correspondentes aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Na análise por setores e atividades, o destaque do segundo trimestre foi para o desempenho da agropecuária, com um crescimento de 4,9%, seguido dos Serviços, com taxa positiva de 1,5%, enquanto a Indústria amargou uma taxa negativa de 2,4%.

No cômputo geral, o Relatório Focus do Banco Central (31/08/2012), que expressa à opinião do mercado, pela sexta vez

mudou sua previsão para a economia brasileira para um crescimento mais tímido de 1,64%.

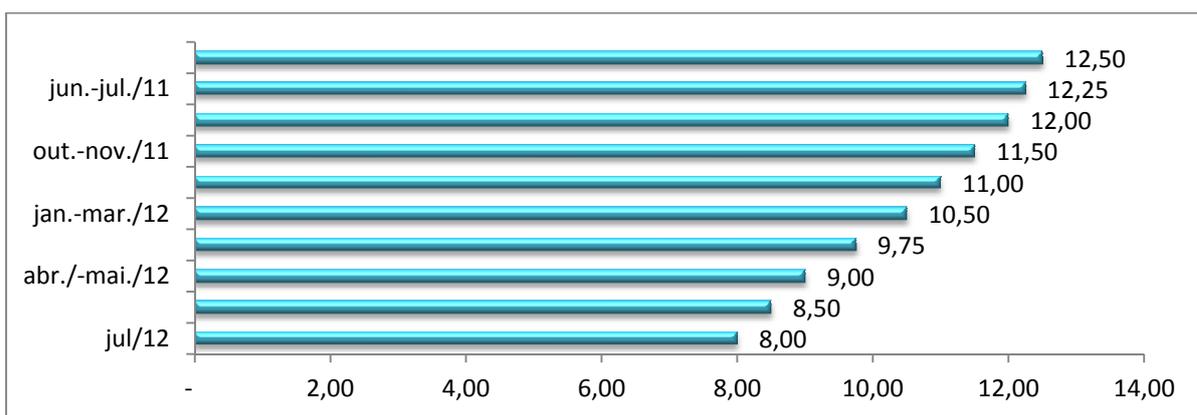
Mediante o fraco resultado da economia brasileira, no primeiro semestre desse ano, o Governo Federal manteve sua política de redução no IPI para os próximos meses.

2.1 Taxa de Juros Selic e Taxas Reais

O governo brasileiro continua com sua política flexível de juros e de incentivo ao consumo. Na última reunião do Copom (julho/2012) foi reduzida a Taxa Selic 8,5% para 8,0%, com a intenção de dinamizar o mercado interno por meio do

consumo (Gráfico 2). A continuidade dos cortes na Selic, para os próximos meses, dependerá do cenário internacional que ainda não está definido, bem como do movimentos dos preços internos, que se mostram com tendência ascendente.

Gráfico 2: Evolução da Taxa Selic – Brasil 2012.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

2.2 Comércio Exterior

O prolongamento da crise internacional tem frustrado as expectativas econômicas brasileiras, via exportações. De fato, os resultados das exportações de junho de

2012 sobre igual mês do ano passado, não coincidiram com o esperado, pois houve uma queda de 18,3% totalizando um valor de US\$ 23,7 bilhões, o que contribuiu para

que o primeiro semestre fechasse com um recuo de 0,9% e um valor de US\$ 117,2 bilhões. Houve recorde para as importações, quando seu valor atingiu US\$ 110,1 bilhões, significando um crescimento positivo de 4,6% sobre o

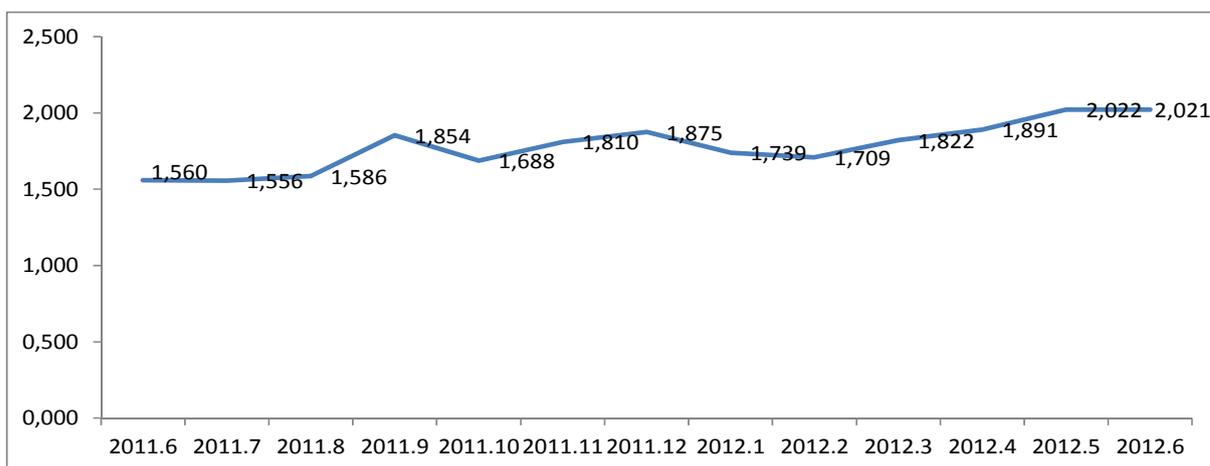
2.3 Taxa de Câmbio

O câmbio, que expressa a relação do R\$ sobre a moeda americana, mostra uma trajetória ascendente, após quedas nos

primeiro semestre de 2011. Com esses resultados, a corrente de comércio somou US\$ 227,4 bilhões e o saldo da balança comercial do país ficou deficitário, com um valor de US\$ 7,1 bilhões.

primeiros dois meses do ano. Esse crescimento começa a beneficiar aos exportadores, que estavam se desestimulando com a valorização do R\$ frente ao US\$ (Gráfico 3).

Gráfico 3: Evolução da taxa de câmbio (final do período) – 2011-2012.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

2.4 Inflação

Quanto à estimativa da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação do país, fechou o primeiro semestre de 2012 com uma taxa de 2,32%, ficando em 4,92%, no acumulado dos últimos doze meses. Observa-se que a taxa anualizada já ultrapassou a meta de inflação para o Brasil que é de 4,5%, mas dentro do intervalo de 2,0 pontos percentuais para mais ou para menos. As últimas expectativas do mercado,

divulgadas pelo Banco Central, indicam uma taxa de 5,20% para encerrar o ano e de 5,51% para o ano de 2013. O mesmo cenário do Brasil pode ser replicado para a Região Metropolitana de Fortaleza, como pode ser visto na Tabela 1. Pelas constantes mudanças nas taxas dos principais indicadores macroeconômicos, observa-se que o governo está monitorando as oscilações dos preços, por meio do movimento do câmbio, pelos preços

dos produtos de alimentos e bebidas e o nível de consumo da população, que são fatores que têm poder de interferir no índice geral.

No primeiro caso, o câmbio, a maioria dos insumos destinados à indústria, principalmente, têm seus preços em dólar.

No caso dos preços de alimentos e bebidas, é o grupo que mais pesa para a composição do índice geral, em torno de 23%, e no que se refere ao consumo, o aumento além do nível compatível com o ritmo da produção industrial tem poder de puxar a inflação para cima.

Tabela 1: Variação dos preços – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza – 2012.

Índices	Brasil (%)	RMF (%)
IPCA		
Jun./2012	0,08	-0,26
Jan.-Jun./2012	2,32	1,80
Últimos doze meses	4,92	4,64
Índices	Brasil (%)	RMF (%)
INPC		
Jun./2012	0,26	-0,13
Jan.-Jun./2012	2,56	1,88
Últimos doze meses	4,90	4,67

Fonte: IBGE.

3. DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE

Segundo as estimativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, o Produto Interno Bruto do Ceará (IPECE), no segundo trimestre de 2012, apresentou um crescimento de 2,4% em relação ao registrado no segundo trimestre de 2011. Os dados revelam, ainda, que a economia

cearense acumulou no primeiro semestre de 2012 uma taxa de 2,9% em relação ao mesmo período de 2011. Na análise anualizada, dos últimos quatro trimestres em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o crescimento foi de 3,2%.

Tabela 2: Principais resultados do PIB a preços de mercado Ceará e Brasil 2º Trimestre/2012⁽¹⁾ (Relação a igual período do ano anterior).

Períodos	Ceará (%)	Brasil (%)
2º Trimestre/2012 - 2º Trimestre/2011	2,4	0,5
1º Semestre/2012- 1º Semestre/2011	2,9	0,6
Acumulado nos quatro trimestres (2)	3,2	1,2
2º Trimestre/2012 - 1º Trimestre/2012 (3)	...	0,4

Fonte: IPECE e IBGE.

Notas: 1) Ceará e Brasil: São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos; 2) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores; 3) O IPECE não estima essa modalidade de comparação: trimestre sobre trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal).

Desagregando a economia cearense por setores e atividades, percebe-se que os Serviços continuam sustentando o resultado positivo do PIB. Neste segundo trimestre de 2012 em referência a igual trimestre de 2011, o índice de expansão dos Serviços alcançou o patamar de 6,2%, seguidos pela Indústria, com 2,7%. No entanto, o setor que vem registrando resultados negativos é o da Agropecuária, com uma taxa de -44,3%, em função de mais um ano de inverno irregular, caracterizado por uma severa seca.

Por atividades, cabe ressaltar o desempenho do Comércio que continua

com taxa positiva em torno de 6%, bem como o segmento Alojamento e alimentação, com um crescimento de 9,7%, destacando-se como os principais dos Serviços. Na Indústria, a Construção civil e os serviços de Eletricidade, gás e água continuam com taxas positivas, sustentando o desempenho do setor. O segmento cresceu 6,3% e o segundo, apresentou uma expansão de 8,1%. Na contramão desses resultados estão as Indústrias de Transformação (-1,0%) e a Extrativa mineral (-7,8%).

Tabela 3: Resultados do PIB a preços de mercado Ceará - 2º Trimestre e 1º Semestre/2012^(*) (Relação a igual período do ano anterior).

Setores e Atividades	2º Trim./2012	1º Sem./2012
Agropecuária	-44,3	-31,6
Indústria	2,7	2,2
Extrativa Mineral	-7,8	0,2
Transformação	-1,0	-1,7
Construção	6,3	5,3
Eletricidade, Gás e Água	8,1	8,2
Serviços	6,2	5,8
Comércio	6,1	6,5
Alojamento e Alimentação	9,7	8,4
Transportes	10,1	10,7
Outros Serviços	11,8	9,8
Valor Adicionado (VA) a preços básicos	2,7	3,1
Produto Interno Bruto (PIB) preços de mercado	2,4	2,9

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Os dados são dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.

O desempenho da economia cearense no segundo trimestre e no primeiro semestre de 2012 está refletido nos resultados dos

indicadores setoriais, por meio dos principais indicadores conjunturais apresentados a seguir.

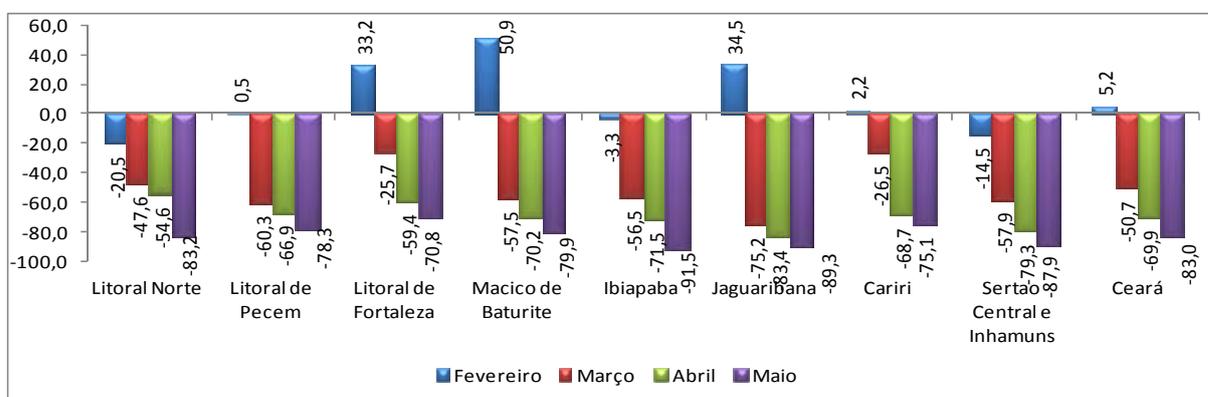
3.1 Agropecuária

Corroborando com os resultados do Valor Adicionado a preços básicos da Agropecuária (Tabela 3), que registrou queda de 44,3%, o panorama da agropecuária em 2012 se configurou em perdas generalizadas, em função da escassez de chuvas, que ficaram abaixo da média, bem como de sua má distribuição nas zonas produtoras. O grau de severidade da seca neste ano foi além das influências agrícolas, chegando a comprometer o abastecimento de água para consumo humano, fazendo-se necessário o esforço emergencial conjunto dos poderes públicos federal, estadual e municipal para atender o contingente da população rural em situação de vulnerabilidade. Segundo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, entre fevereiro e maio, quando se define a quadra chuvosa

no Ceará, as precipitações observadas ficaram em 50,7% abaixo de sua média histórica.

Das regiões produtoras do Ceará, as que estão em situações mais críticas em relação às precipitações são a do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns (Gráfico 4), conforme apontou o relatório do Índice Municipal de Alerta – IMA divulgado pelo IPECE e o Relatório de Ocorrências do mês de julho de 2012/IBGE. O resultado observado foi um grande percentual das famílias rurais atingidas pela perda de safra e desabastecimento de água, configurando situação de emergência, trazendo à cena carros-pipa e instabilidade social nessas áreas, o que não se observava há vários anos, dado o aparato social que vem reduzindo a situação de miséria nos últimos anos.

Gráfico 4: Desvios Percentuais das Chuvas nas Macrorregiões – Ceará – 2012.



Fonte: FUNCEME.

As medidas tomadas no intuito de atender às necessidades das populações afetadas se traduziram, em nível federal, na criação do programa Bolsa-Estiagem, o qual prevê o pagamento de R\$ 400,00, divididos em cinco parcelas, para o pequeno agricultor não inscrito no Garantia Safra. O governo cearense decretou estado de emergência em 168 municípios, o que visa facilitar o acesso desses municípios aos recursos. As medidas também contemplaram a instalação e recuperação de poços, a redução de preço do milho, visando o suporte alimentar animal, a renegociação

de dívidas e a concessão de crédito emergencial. Além disso, o Ceará anunciou o pagamento de uma parcela extra do Garantia Safra.

As estimativas da safra agrícola em junho, quando praticamente já se tem uma definição da produção, apontam para uma redução de 81,0% na produção de grãos no Ceará em relação ao que foi produzido em 2011. O milho e o feijão, principais produtos da agricultura de sequeiro, sofreram perdas superiores a 80,0%. Alguns municípios apresentaram perda total considerando todas as culturas, como foi o caso de São João do Jaguaribe e Solonópole, sendo que 181 municípios apresentaram perdas superiores a 50,0%.

Esse quadro se repetiu em vários estados da região Nordeste. No entanto, as perdas da safra de grãos na região ficaram em apenas 8,7%, visto que os principais estados produtores tiveram perdas menores, os quais têm como principal grão produzido a soja. Vale destacar que as perdas do Rio Grande do Norte ultrapassaram às do Ceará, chegando a 89,3%.

Voltando ao Ceará, observa-se que o milho, como principal produto, puxou a queda da produção, com produtividade média de 260 Kg/há, frente a 1,4 tonelada/ha obtida no ano anterior. A maior parte das culturas de grãos apresentou a mesma tendência, como foi o caso do feijão que teve uma grande quebra na produtividade, tendo registrado uma média de 490 Kg/ha em 2011, passando para 100 Kg/ha em 2012.

Como resultado, observa-se uma redução média do Valor Bruto da Produção de grãos em 56,7%. No caso do algodão e do sorgo, até junho verificou-se uma redução de 100,0% do valor da produção em relação ao ano anterior, enquanto girassol e amendoim obtiveram, respectivamente, reduções de 98,4% e 87,5%. Assim, os produtos que mais pesam na produção agrícola, milho, feijão e arroz, contribuíram substancialmente para a queda do valor da produção com reduções de 52,0%, 59,0% e 52,1%, respectivamente.

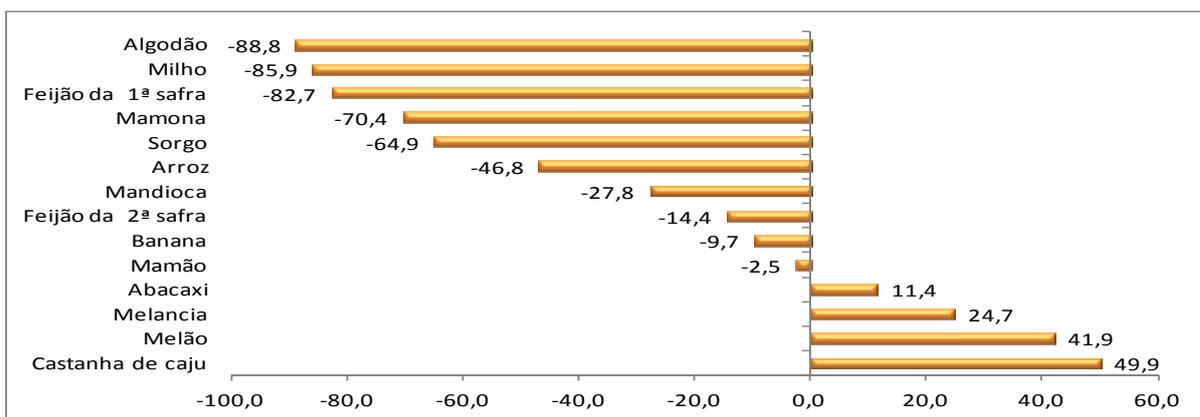
No grupo das frutas observa-se comportamento diferente da produção de grãos, como é característico, em função das frutas irrigadas. Assim, a estimativa é de um crescimento de 2,7% na produção de frutas frescas e, ainda, um crescimento de 11,4% na produção de abacaxi e 3,0% para coco da baía. A castanha de caju apresenta uma estimativa de crescimento de 50,0%, mas essas estimativas deverão ser revistas e sofrer alterações a serem confirmadas a partir do segundo semestre. Entre as frutas frescas destacam-se os aumentos da produção de melão, 42,0%, e melancia, 24,7%. A banana de sequeiro e a uva, por sua vez, destacam-se dentre as culturas que apresentam estimativa de

redução na produção, em torno de 12,7% e 7,2%, respectivamente.

O resultado dessas estimativas indica um crescimento de 12,2% no valor da produção de frutas em relação ao ano anterior, com destaque para o maracujá, com crescimento de 43,8%, o qual

representa 37,0% do valor da produção de frutas. A redução da produção de banana de sequeiro reduziu o valor da produção desse item em 16,4% até o segundo trimestre.

Gráfico 5: Estimativas (%) da produção agrícola de produtos selecionados – Ceará – 2012.

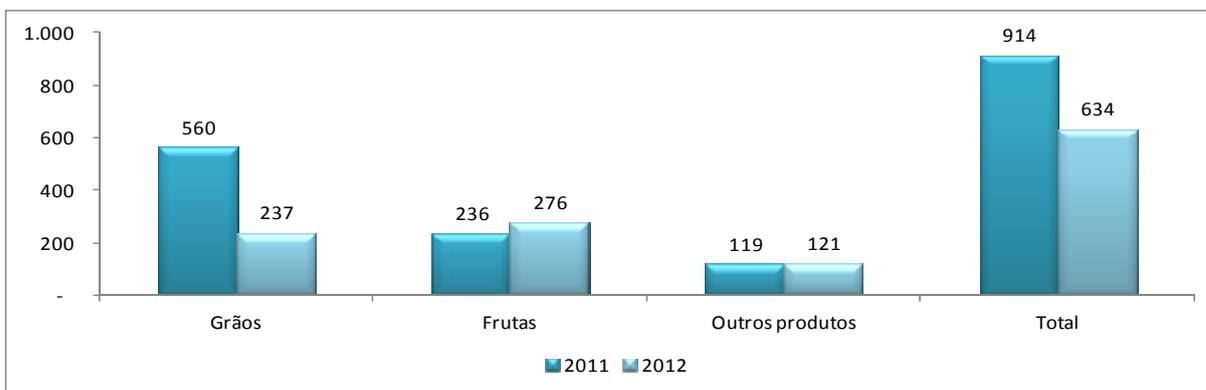


Fonte: IBGE.

Quanto aos demais produtos, praticamente todos também apresentaram redução na estimativa da produção, com destaque para a mandioca, que é um importante produto da agricultura familiar e matéria-prima para a indústria, o qual, apesar da estimativa de perda da produção física em 28,0%, deverá apresentar um crescimento de 66,8% no valor da produção. No

conjunto desses setores houve uma redução de 30,7% no valor bruto da produção (Gráfico 6).

Gráfico 6: Valor Bruto da Produção Agrícola por Categoria e Total – Ceará – 2011-2012 (*).



Fonte: IBGE.

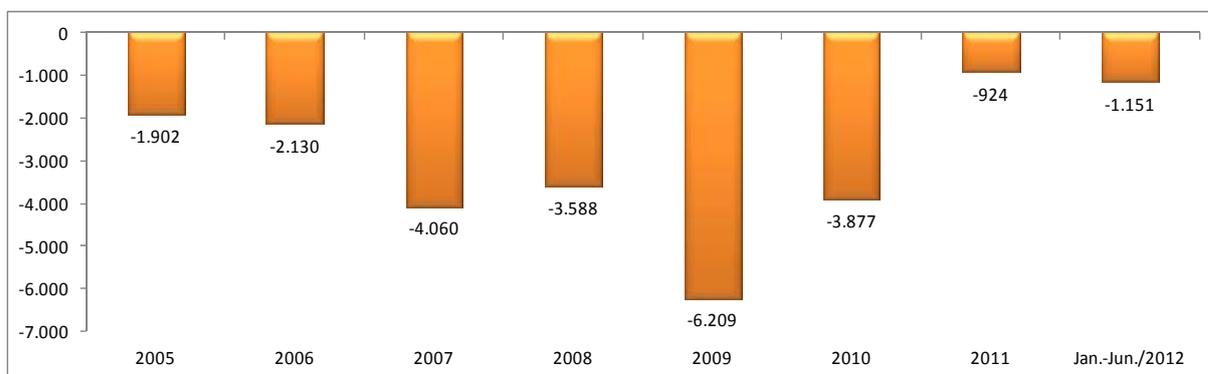
(*) Em milhão.

As repercussões da estiagem têm sido refletidas na quebra de safra, mas também nos preços ao consumidor. O IPCA do ano está sendo influenciado pelas altas do grupo Alimentação e bebidas, principalmente, por meio dos itens Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (12,73%) e Tubérculos, raízes e legumes (21,01%). No primeiro caso a alta foi influenciada pelo feijão (12,28%) e no segundo, os produtos que tiveram maiores variações de preços foram o tomate (18,20%) e a cebola (26,93%), destacados dentre os de maiores

pesos. Com esses resultados o subgrupo alimentação no domicílio teve uma alta acumulada de 3,1%.

No que se refere ao emprego rural, a falta de chuvas provocou uma redução no saldo de empregos formais, com menos 1.151 postos de trabalho, registrados no primeiro semestre de 2012. No entanto, comparado a outros anos, este saldo, mesmo que negativo, foi menor do que o de anos anteriores que também registraram excesso ou escassez de chuvas, como pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Saldo de Empregos na Agropecuária, Ceará, 1º Semestre, 2005 a 2012.



Fonte: CAGED/MTE.

Quanto às exportações do agronegócio, apesar da estiagem, seu valor foi 9,6% maior nesse primeiro semestre do que no primeiro semestre de 2011, em função das frutas, na sua maioria, cultivadas em áreas irrigadas.

Vale destacar o crescimento das exportações de frutas e sucos, como no caso de melões frescos, com crescimento de 123,2% das exportações em relação ao

mesmo trimestre do ano anterior. No caso de mangas frescas ou secas o crescimento foi de 84,0%, enquanto o item outras frutas secas apresentou crescimento de 265,5%. Esse desempenho em boa parte é explicado pelas condições climáticas de estiagem que, no caso da fruticultura irrigada, permite um melhor controle da água fornecida e uma menor incidência de pragas.

Quanto à pecuária, apesar de os dados referentes ao segundo trimestre ainda não

terem sido divulgados, é provável que seja afetada dado o rigor da estiagem e a dependência do rebanho do pasto e do milho, cuja significativa parcela da produção se destina à alimentação animal. Os dados disponíveis do primeiro trimestre mostram uma redução de 3,5% no volume de leite adquirido pela indústria e uma redução de 7,5% no abate de bovinos quando comparados com o mesmo período do ano anterior. O abate de suínos, que tem no milho o principal insumo na alimentação, sofreu uma redução de

19,5%, influenciando os preços ao consumidor.

Em síntese, o ano de 2012 representa um ano de muitas dificuldades para agropecuária do Ceará, e do Nordeste, devendo influenciar negativamente outros segmentos, como a Indústria de Alimentos e bebidas. Por outro lado, a queda na Agropecuária cearense será amortecida pela produção de frutas irrigadas, que deverá contribuir nas exportações totais do Ceará.

3.2 Indústria

A produção física industrial cearense, ajustada sazonalmente, apresentou uma queda de 2,2%, em junho de 2012 sobre o mês de maio de 2012. Na comparação mensal, de junho de 2012 sobre junho de 2011, o decréscimo foi mais significativo, 3,0%, superando a taxa nordestina - mas menor que a queda verificada na produção industrial brasileira. Os resultados contribuíram para que o índice anualizado

recuasse para -6,3% e o primeiro semestre fechasse com uma taxa negativa de 2,0%. Como pode ser visto também pela Tabela 4, no mês de junho de 2012 sobre junho de 2011, somente o Pará registrou taxa positiva de 0,9%, na mesma comparação de 2011.

Tabela 4: Variação (%) da produção industrial – Brasil – Junho -2012

Locais	Variação (%)			
	Junho/Maio (*)	Junho-12/junho-11	Acumulado de Jan.-Jun./2012	últimos 12 meses
Amazonas	5,2	-5,3	-6,3	0,7
Pará	-4,2	0,9	1,3	3,1
Região Nordeste	0,5	-1,9	1,8	-0,8
Ceará	-2,2	-3,0	-2,0	-6,3
Pernambuco	2,2	-3,9	2,8	3,2
Bahia	2,1	-2,6	3,1	-0,3
Minas Gerais	1,3	-1,4	-1,4	-1,6
Espírito Santo	2,3	-8,5	-5,9	-2,2
Rio de Janeiro	-4,3	-8,6	-7,1	-4,2
São Paulo	1,0	-7,2	-5,9	-3,6
Paraná	-3,7	-7,5	3,6	8,0
Santa Catarina	-1,4	-3,4	-3,4	-4,7
Rio Grande do Sul	-3,1	-7,0	-2,1	0,0
Goiás	-6,0	-5,2	9,2	9,5
Brasil	0,2	-5,5	-3,8	-2,3

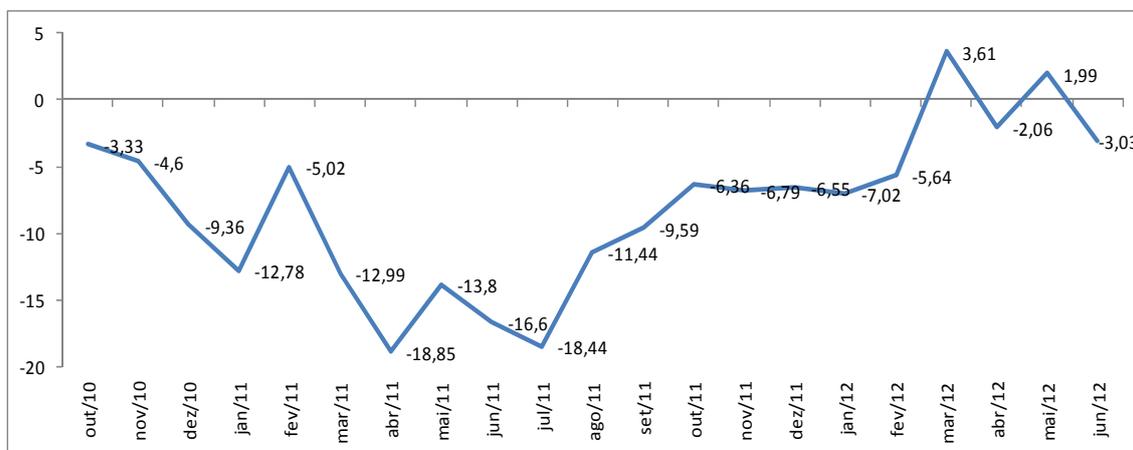
Fonte: IBGE.

Observa-se pelo Gráfico 8, que a produção física industrial vem registrando variações negativas desde outubro de 2010 e a partir de julho de 2011 há início de uma melhora, muito embora continue com taxas negativas, com intensidade menor, chegando ao ponto de reverter a tendência negativa no mês de março de 2012, quando atingiu sua maior marca, com um crescimento de 3,61%. No entanto, a partir de abril, prolongando-se até junho de 2012, o setor vem experimentando queda contínua como pode ser visto no Gráfico 8,

sugerindo que não está havendo recuperação sustentável.

Particularizando os resultados de março de 2012, quando se observa uma taxa positiva, é possível atribuir esse desempenho muito mais à base de comparação, que se encontrava bastante deprimida em março de 2011 (-12,99%), do que em consequência de uma recuperação das atividades, dado que no mês seguinte, abril, a produção industrial voltou a apresentar queda.

Gráfico 8: Evolução da Produção Física Industrial (%) – Ceará – Out./2010 – Jun./2012



Fonte: IBGE.

Pela Tabela 5 pode-se visualizar melhor o desempenho da indústria cearense. Observa-se que cinco das nove atividades pesquisadas, na indústria de Transformação do Ceará, apresentaram taxas positivas, no acumulado do ano, de janeiro a junho, sobre igual período de 2011, a destacar: Metalúrgica básica, que registrou alta de 31,7%, seguida da

expansão na produção Refino de petróleo e álcool (31,4%). Essas altas retratam mais uma base deprimida no mesmo período de 2011, do que um indicativo de recuperação das atividades. Os outros segmentos industriais registraram quedas.

Tabela 5: Variação acumulada (%) por atividades industriais – Ceará - Janeiro-Junho/2012-2011.

Atividades industriais	Jan.-Jun./2011	Jan.-Jun./2012
Indústria de transformação	-13,5	-2,0
Alimentos e bebidas	-6,1	2,9
Têxtil	-20,6	-16,9
Vestuário e acessórios	-9,6	-9,6
Calçados e artigos de couro	-22,9	-2,5
Refino de petróleo e álcool	-34,0	31,4
Produtos químicos	1,7	-5,1
Minerais não metálicos	-6,9	5,8
Metalurgia básica	-17,1	31,7
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-19,0	-32,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-16,9	9,2

Fonte: IBGE.

Corroborando para os resultados da produção industrial, tem-se o fraco desempenho das exportações de produtos industrializados que registraram um crescimento de apenas 0,94% no primeiro semestre de 2012 sobre mesmo período de 2011. Em contrapartida, as importações de produtos industrializados cresceram 42,88% no primeiro semestre de 2012 sobre o de 2011, com destaque para os Produtos metalúrgicos, Combustíveis minerais e Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos.

Outro indicador que reforça o resultado da produção industrial cearense está relacionado com o emprego industrial.

3.3 Comércio Varejista

Os resultados do Valor Adicionado a preços básicos, por atividades, mostraram o Comércio com uma variação positiva de 6,2%. Este resultado, em parte, deveu-se ao Comércio varejista que desde 2004 vem registrando taxas positivas. Assim,

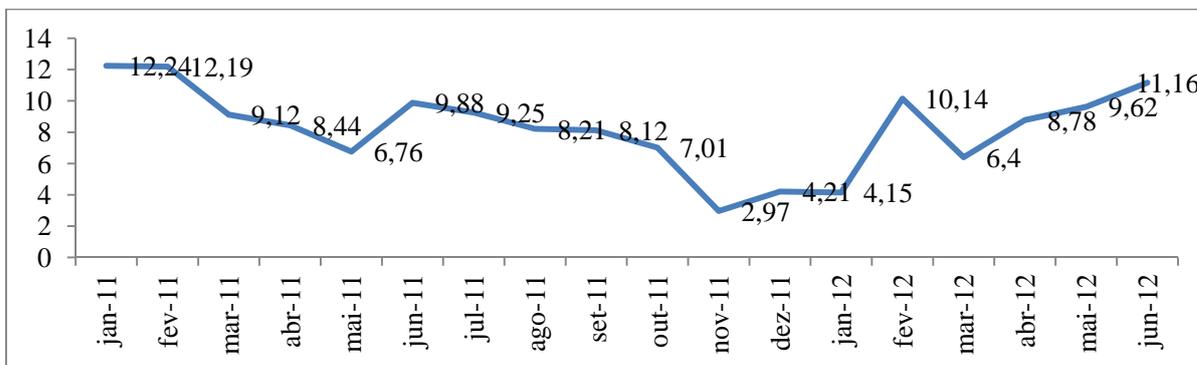
Levando-se em consideração o acumulado no período janeiro-junho/2012 com relação a janeiro-junho/2011, as taxas relativas ao número de horas paga e pessoal ocupado assalariado decresceram, respectivamente, -0,75% e -3,24%. Esses movimentos, somados aos indicadores analisados anteriormente, confirmam o momento recessivo da manufatura cearense representado pelas variações mensais. O único indicador da Pesquisa Industrial Mensal do Emprego (PIMES/IBGE) com resultado positivo foi a folha de pagamento real que cresceu 3,2%, no período em evidência, abaixo da média nacional, que cresceu 3,8%.

corroborando com esse desempenho, os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, revelam que o volume de vendas do varejo comum cearense apresentou, em junho de 2012, uma expansão de 11,16% relativamente a

junho de 2011, conforme mostra o Gráfico 9. Quando se agregam as vendas de Materiais de Construção e de Veículos e

motos, partes e peças, o Índice geral do Comércio varejista passa para 16,9%, no mês de junho de 2012 sobre junho de 2011.

Gráfico 9: Variação (%) mensal do volume de vendas do varejo comum - Ceará - Junho/2012-2011 (%)

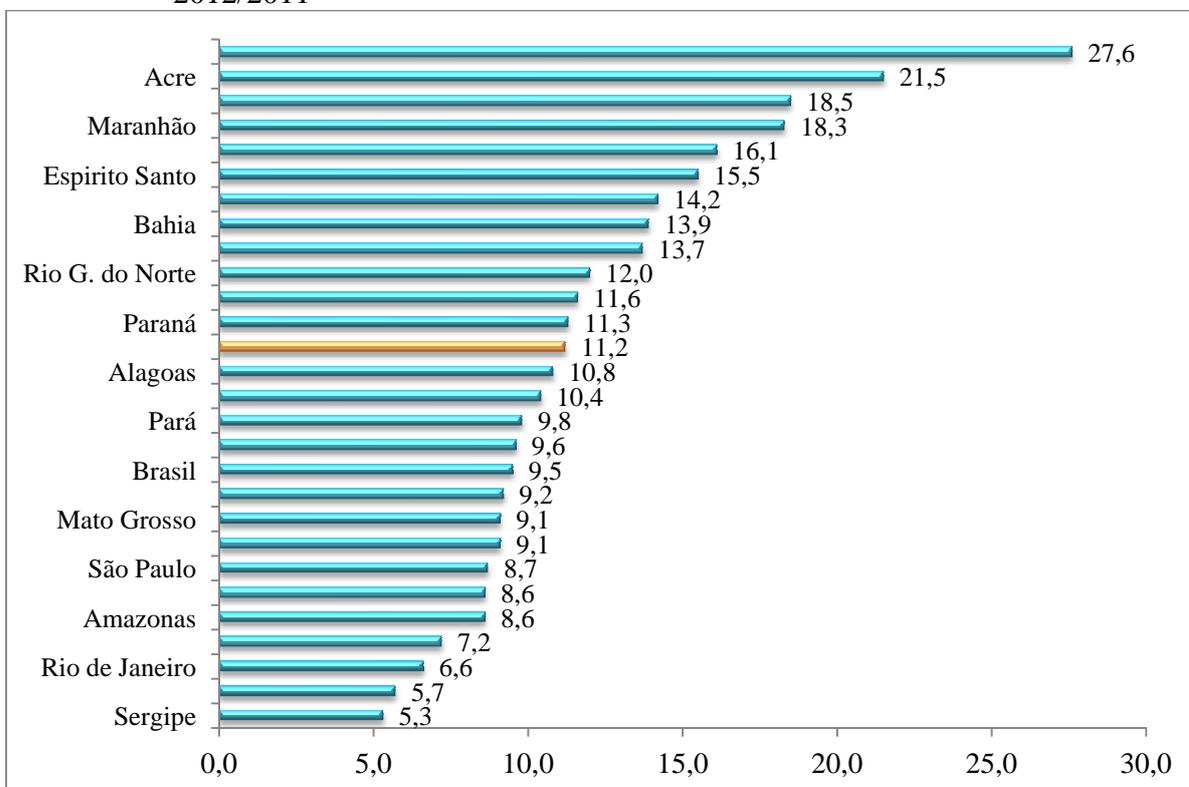


Fonte: PMC/IBGE.

No entanto, comparativamente às demais unidades da federação, o Ceará ficou na 13ª posição, mas acima da média nacional.

Os resultados podem ser vistos no Gráfico 10.

Gráfico 10: Volume de vendas do varejo por unidades da federação (%)–Brasil-Junho/2012/2011



Fonte: PMC/IBGE.

No acumulado do ano, janeiro a junho, o volume de vendas do varejo comum

cearense apresentou alta de 8,4%, comparado a igual período do ano passado,

inferior, por tanto, ao registrado pelo país (aumento de 7,5%). Já no acumulado do ano, o varejo ampliado cearense a alta foi de 7,4% e o nacional acusou alta de 5,7%. No acumulado nos últimos doze meses nas duas comparações as taxas foram de, respectivamente, 7,4% e 6,7%.

Dentre as atividades varejistas, destacaram-se, no período de janeiro a junho de 2012, as vendas de Combustíveis e Lubrificantes (20,7%); Móveis e eletrodomésticos (18,5%); Materiais de construção (17,7%); e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos,

perfumaria e cosméticos (11,3%), citando os três maiores (Tabela 6). Ressalte-se que vários fatores contribuíram para o desempenho do comércio varejista, destacando-se os incentivos dados pelo governo por meio de redução na alíquota de alguns produtos e a política monetária flexível, permitindo quedas sucessivas na taxa de juros Selic. Essas medidas possibilitaram a retomada do crescimento do mercado interno, a recuperação da renda do trabalhador, o que aliados à maior facilidade de crédito, foram os principais fatores responsáveis pelo resultado positivo do comércio.

Tabela 6: Volume (%) de vendas do varejo Ceará – Janeiro-Junho/2012-2011

Atividades	jun/11	jun/12
Combustíveis e lubrificantes	-4,4	20,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	10,6	5,5
Hipermercados e supermercados	10,8	5,6
Tecidos, vestuário e calçados	-0,6	5,1
Móveis e eletrodomésticos	14,7	18,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	20,6	11,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	39,5	-5,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,2	-16,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,5	-0,4
Materiais de construção	2,0	17,7
Veículos e motos, peças e partes	16,0	3,8

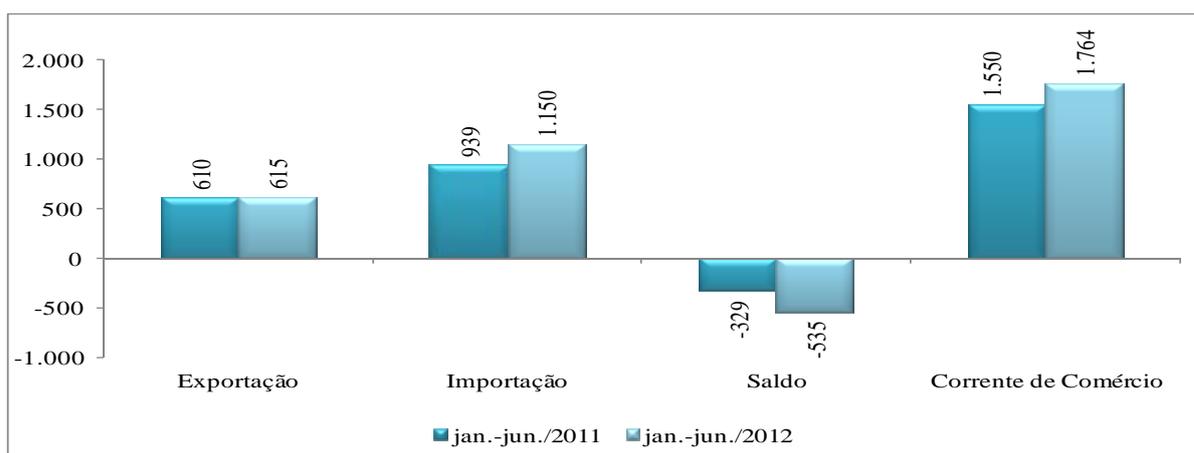
Fonte: IBGE.

3.4 Comércio Exterior

A balança comercial cearense vem apresentando desaceleração, com tímido crescimento das exportações no primeiro semestre de 2012, de 0,7%, comparado ao mesmo período de 2011. Por outro lado, as importações cearenses cresceram 22,4%, em decorrência do aumento da demanda de insumos industriais destinados à atividade produtiva e aos investimentos que estão

sendo realizados no Ceará. Esse comportamento elevou o saldo negativo da balança comercial cearense, que no primeiro semestre do ano registrou o valor de US\$ 535,1 milhões, mas ampliou o valor da corrente de comércio para US\$ 1,76 bilhão, como pode ser visualizado no Gráfico 11.

Gráfico 11: Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões FOB)– 1º Semestre 2011/2012



Fonte: Secex/MDIC.

Exportações

O Ceará exportou US\$ 614,6 milhões no primeiro semestre de 2012, representando um pequeno crescimento de 0,69% em relação ao mesmo período do ano anterior, que mesmo assim foi superior ao da média nacional, que registrou queda de 0,92% no valor das exportações entre os primeiros semestres de 2011 e 2012. Com esse resultado, Ceará se posicionou na 16ª posição dentre as 27 unidades da federação, em valor exportado pelo país e na 4ª colocação, em relação aos estados do

Nordeste. Calçados e suas partes continuam na liderança dentre os principais produtos exportados pelo Ceará, representando mais de um quinto de todo o valor exportado pelo Estado, no primeiro semestre de 2012. Em seguida surgem os Couros e Peles e a Castanha de Caju, que juntamente com couros e peles perfazem mais de 50% da pauta cearense. As vendas externas passam por um momento de concorrência acirrada visto que todos os países estão disputando um mercado que

não está se expandindo em consequência da crise mundial. Além disso, o perfil das exportações cearenses é outro fator que dificulta sua dinamização dado que mais

de 55% dos produtos da pauta são bens de consumo não duráveis e de pouco valor agregado.

Tabela 7: Exportações por produtos selecionados (US\$ FOB) - Ceará - 1º Semestre - 2011/2012.

Produtos selecionados	1º Sem.2011	Part. %	1º Sem. 2012	Part. %	Var. % 12/11
Calçados e partes	175.809.723	28,80	165.913.119	27,00	-5,63
Couros e Peles	89.595.049	14,68	103.142.836	16,78	15,12
Castanha de caju, sem casca	96.700.031	15,84	88.305.262	14,37	-8,68
Ceras vegetais	29.260.493	4,79	42.228.812	6,87	44,32
Prod. Alimentícios	33.856.200	5,55	35.770.506	5,82	5,65
Frutas	27.309.053	4,47	33.609.252	5,47	23,07
Têxteis	44.263.111	7,25	31.614.467	5,14	-28,58
Consumo de Bordo	18.363.651	3,01	21.780.044	3,54	18,6
Produtos Metalúrgicos	25.742.141	4,22	15.398.454	2,51	-40,18
Óleos lubrificantes sem aditivos	0	0,00	13.583.888	2,21	---
Minérios de ferro	10.008.356	1,64	12.696.220	2,07	26,86
Máq., equip/materiais elétricos	13.860.059	2,27	8.396.148	1,37	-39,42
Obras de Pedra/gesso/cimento/ mica	5.159.804	0,85	7.008.365	1,14	35,83
Lagostas	9.488.912	1,55	6.728.043	1,09	-29,1
Outros sucos e extratos vegetais	5.196.357	0,85	5.987.364	0,97	15,22
Demais Produtos	25.759.478	4,22	22.402.180	3,65	-13,03
Ceará	610.372.418	100,0	614.564.960	100,00	0,69

Fonte: SECEX/MDIC.

(*) Valores em US\$ mil/FOB.

Destinos das exportações cearenses

Uma das estratégias para a ampliação do valor exportado pelo Ceará é intensificar a busca por novos parceiros que não sejam tão tradicionais e que estão entre os países emergentes, como: Ásia, África e também países do Leste europeu que estão fora da zona do euro e apresentam desenvolvimento marcante. Porém, esse é um processo gradual que ocorre com novos contratos de vendas externas. Ainda assim já é possível identificar algumas mudanças

no destino das exportações cearenses, nos últimos anos.

Os Estados Unidos continuam como o principal parceiro do Ceará no tocante às exportações, apresentando no primeiro semestre de 2012, um pequeno crescimento de 0,9% frente ao mesmo semestre de 2011. Verificou-se uma queda de 43,4% nas exportações para a Argentina, sugerindo ser reflexo das medidas protecionistas adotadas no país

com relação aos produtos brasileiros (Tabela 8).

Tabela 8: Países de destinos selecionados (US\$ FOB) – Ceará – 1º Semestre/2012-2011

Destinos	1º Trim. 2011	Part. %	1º Trim. 2012	Part. %	Var.% 2011/2012
Estados Unidos	161.733.056	26,50	163.189.047	26,55	0,90
Países Baixos (Holanda)	27.955.460	4,58	41.116.686	6,69	47,08
Argentina	67.037.836	10,98	37.942.440	6,17	-43,40
China	30.927.303	5,07	32.583.682	5,30	5,36
Itália	43.129.552	7,07	22.752.038	3,70	-47,25
Hungria	758.288	0,12	22.394.395	3,64	2.853,28
Hong Kong	13.765.180	2,26	22.042.339	3,59	60,13
Reino Unido	33.735.779	5,53	21.059.876	3,43	-37,57
Provisão de Navios e Aeronaves	17.563.145	2,88	20.807.290	3,39	18,47
Alemanha	22.679.608	3,72	17.631.905	2,87	-22,26
Demais Países	191.087.211	31,31	213.045.262	34,67	11,49
Total	610.372.418	100,00	614.564.960	100,00	0,69

Fonte: SECEX/MDIC.

Importações

O Ceará importou US\$ 1.150 milhões no primeiro semestre de 2012, permanecendo 14º lugar no *ranking* brasileiro, mas a participação no total importado pelo Brasil aumentou de 0,89% no primeiro semestre

O Ceará importou um valor recorde de Laminado de ferro no primeiro semestre de 2012, aumentando assim o valor das importações da seção de Produtos metalúrgicos, que atingiu o valor de US\$ 251 milhões no período em análise. Mas este ano vem sendo marcado pela importação de grande volume de Combustível e derivado, com um aumento

de 2011 para 1,04% no mesmo período de 2012. Com relação à Região Nordeste, o Ceará continua sendo o quarto maior estado importador, com participação de 9% do total comprado pela região.

significativo, em valor, de 249% no primeiro semestre/2012 sobre o mesmo período de 2011. Merecem destaque também as importações de Veículos e materiais para vias férreas para a conclusão do metrô. Tais fatos contribuíram para que a balança comercial cearense fosse deficitária.

Tabela 9: Importações por produtos selecionados (US\$ FOB)- Ceará - 1º Semestre - 2011/2012.

Produtos	1º Sem.2011	Part. %	1ºSem. 2012	Part. %	Var. % 2011/2012
Produtos metalúrgicos	147.998.880	15,76	250.936.285	21,83	69,55
Combustíveis minerais	60.446.997	6,44	210.986.856	18,35	249,04
Máquinas, equip., aparelhos e materiais elétricos	168.383.564	17,93	180.724.361	15,72	7,33
Trigo e mistura de trigo	98.526.671	10,49	96.827.204	8,42	-1,72
Têxtil	176.613.509	18,81	70.613.300	6,14	-60,02
Produtos químicos	58.678.258	6,25	68.848.103	5,99	17,33
Óleo de dendê	10.312.941	1,10	35.145.936	3,06	240,79
Veículos e material para vias férreas	437.359	0,05	34.971.431	3,04	7896,05
Plásticos e suas obras	33.099.070	3,52	29.895.856	2,60	-9,68
Aparelhos médicos, ópticos e precisão	20.899.265	2,23	22.499.945	1,96	---
Demais Produtos	163.763.745	17,44	148.176.619	12,89	-9,52
Ceará	939.160.259	100,00	1.149.625.896	100,00	22,41

Fonte: SECEX/MDIC.

No primeiro semestre de 2012 o Ceará importou o valor de US\$ 244,6 milhões da China, significando um aumento de 87,7% sobre igual período de 2011. Vale lembrar que a China é o principal fornecedor de laminado de ferro. A Argentina vendeu para o Ceará principalmente trigo misturado e butanos liquefeitos. Quanto aos países que ampliaram suas vendas para

o Ceará destacam-se a Itália, que nos fornece principalmente equipamentos, Catar e Bélgica, ambos fornecendo principalmente gás natural liquefeito.

Verificou-se que as importações dos países Estados Unidos e Alemanha registraram reduções no primeiro semestre de 2012 de 51,4% e 55,6%, respectivamente, com relação ao mesmo período de 2011.

Tabela 10: Países de origem selecionados – Ceará (US\$ FOB) – 1º Semestre/2012-2011

Origens	1º Sem. 2011	Part. %	1º Sem. 2012	Part. %	Var.% 2011/2012
China	130.274.371	13,87	244.577.282	21,27	87,74
Argentina	109.206.826	11,63	121.988.178	10,61	11,70
Itália	39.437.940	4,20	102.410.295	8,91	159,67
Estados Unidos	191.699.750	20,41	93.140.217	8,10	-51,41
Catar	17.006.542	1,81	65.628.702	5,71	285,90
Turquia	30.635.849	3,26	56.877.360	4,95	85,66
Bélgica	3.987.531	0,42	46.440.617	4,04	1.064,65
Colômbia	22.125.005	2,36	41.750.095	3,63	88,70
Alemanha	86.101.862	9,17	38.238.967	3,33	-55,59
Nigéria	0	0,00	28.322.398	2,46	---
Demais Países	308.684.583	32,87	310.251.785	26,99	0,51
Total	939.160.259	100,00	1.149.625.896	100,00	22,41

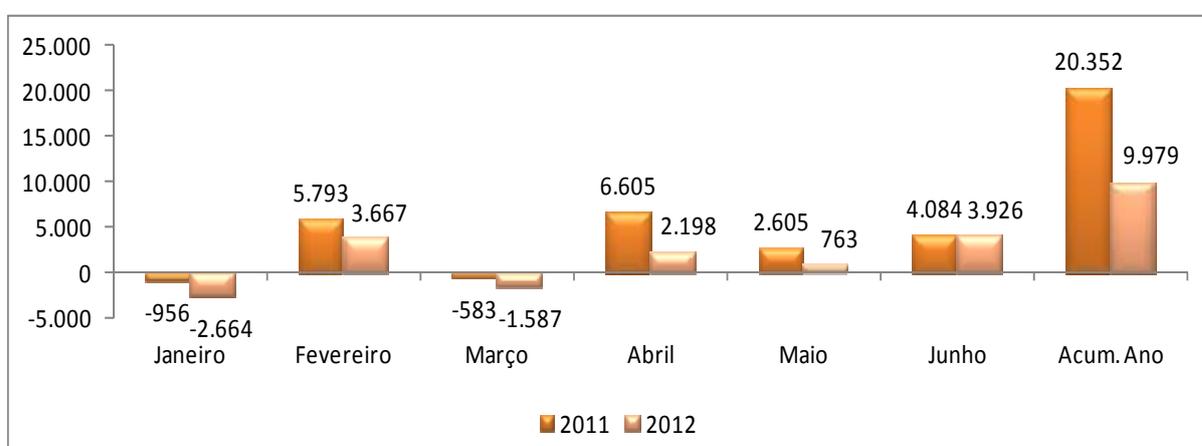
Fonte: SECEX/MDIC.

4. MERCADO DE TRABALHO

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de pessoas admitidas com carteira assinada no mês de junho de 2012 foi de 41.341 pessoas e foram

demitidas 37.415, resultando, assim, em 3.926 vagas de trabalho formal. Isso significou um aumento de apenas 0,38% sobre o estoque total de empregos celetistas existente na economia cearense no mês anterior.

Gráfico 12: Evolução do saldo de emprego formal – Ceará – Janeiro-Junho/2011-2012



Fonte: CAGED/MTE.

Na geração de postos de trabalho formal por segmentos, no primeiro semestre de 2012, destacaram-se os Serviços, com maior saldo (9.610), em seguidos da Administração pública (270 vagas), SIUP (56 vagas) e da Indústria Extrativa mineral (58 vagas).

Em sentido contrário, no mesmo semestre do corrente ano, destacaram-se com reduções de postos de trabalho a Agropecuária (-2.199 vagas), Indústria de Transformação (-2.159 vagas), Construção Civil (-466 vagas) e Comércio (-117 vagas).

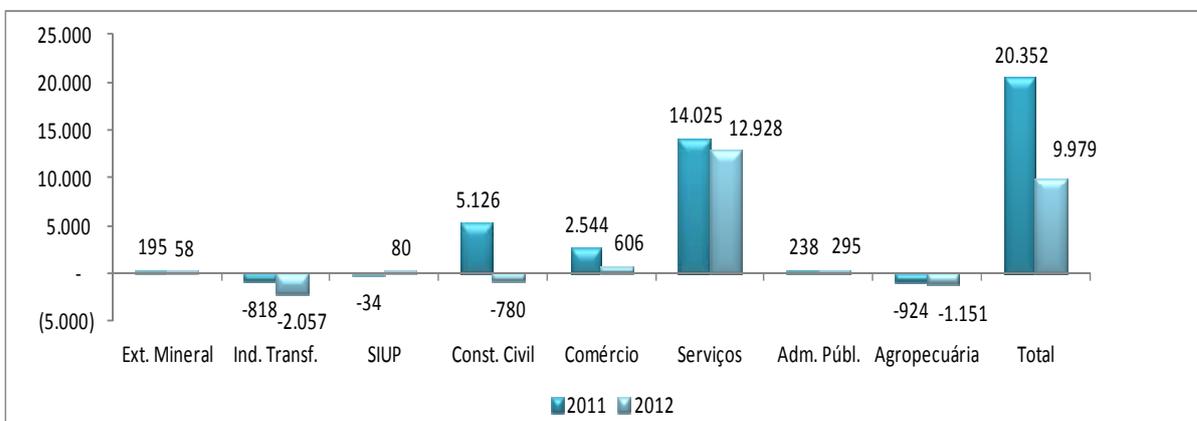
Vale dizer que o setor de Serviços continuou sendo o responsável maior pela geração de vagas de trabalho com carteira assinada na economia cearense. O saldo positivo na geração de vagas no setor de Serviços deveu-se, principalmente ao segmento de Comércio, administração de imóveis e serviços técnico-profissional, com saldo de 3.512 vagas de trabalho.

A Indústria de Transformação ainda continua dando sinais de forte desaceleração, ao registrar a segunda maior perda de postos de trabalho no acumulado do ano dentre os setores pesquisados, número quase quatro vezes superior se comparado à perda ocorrida em igual período do ano passado. As atividades que

mais apresentaram redução nos postos de trabalho, no semestre deste ano, foram: a indústria de Calçados (-2.448 vagas) e indústria Têxtil e Vestuário (-620 vagas), para citar as principais. Na contramão apareceram: a Indústria Metalúrgica (723 vagas), Indústria Química, prod. farm. veterinário (201 vagas) e a Indústria de Borracha, Fumo, Couros (77 vagas), citando as principais.

Em relação à Agropecuária, fatores sazonais contribuíram bastante para a perda de postos de trabalho nos primeiros meses do ano. A atividade do Comércio vem apresentando resultados mensais abaixo do ocorrido em iguais meses de 2011, mas no acumulado do ano, o saldo foi positivo de 606 vagas.

Gráfico 13: Evolução do saldo de emprego formal por atividades – Ceará - Acumulado do Ano/2011-2012

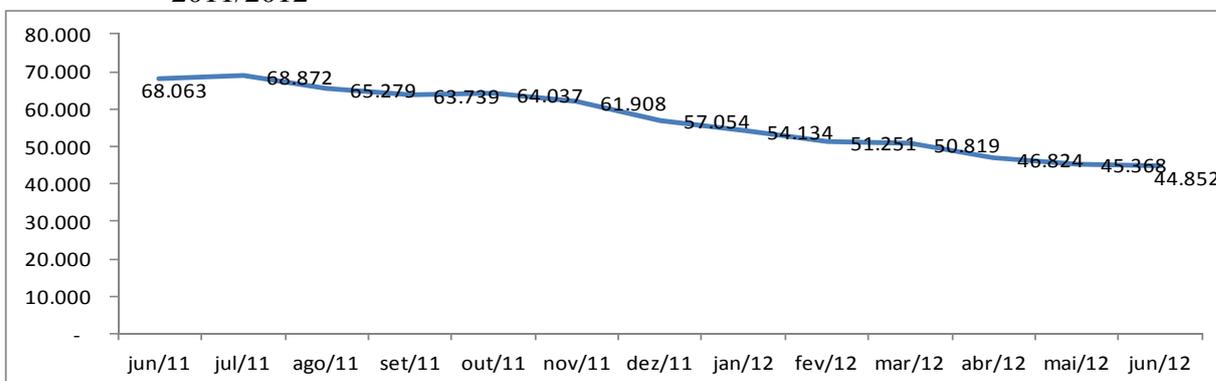


Fonte: CAGED/MTE.

Na análise feita em relação ao acumulado dos últimos doze meses é possível perceber qual é a tendência de longo prazo observada para a geração de novas vagas de trabalho com carteira assinada na economia cearense. Assim, no acumulado

de doze meses, de julho de 2011 a junho de 2012 foram geradas 44.852 vagas de trabalho, significando um incremento de 4,54% sobre o mesmo período imediatamente anterior (Gráfico 14).

Gráfico 14: Evolução do saldo de emprego formal – Ceará - Acumulado de doze meses 2011/2012



Fonte: CAGED/MTE.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

5.1 Resultado Fiscal

No segundo bimestre de 2012 o Estado apresentou um superávit primário, que consiste na diferença entre receitas correntes e despesas correntes, de R\$ 1.305,7 milhões, segundo dados do Relatório de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Comparativamente, no segundo bimestre de 2011, houve um superávit primário da ordem de R\$ 1.397,3 milhões. Estes

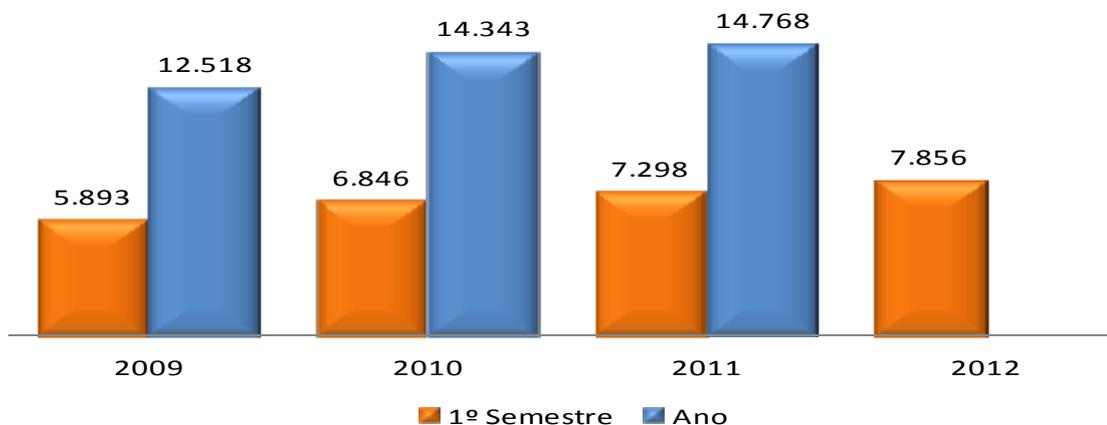
resultados refletem o grande volume com gastos com investimento em termos nominais de R\$ 2.553 milhões realizados no ano de 2011. Cabe destacar que o acúmulo de poupança gerada, em exercícios anteriores, permite o Estado implementar seu programa de investimento, sem prejuízo de sua situação financeira.

5.2 Receitas

No primeiro semestre de 2012 as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 7.856 milhões (Gráfico 15), representando um

crescimento real de 7,6% em relação a igual período do ano anterior.

Gráfico 15: Receita Orçamentária Total a preços constantes - Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 2º trimestre de 2012.

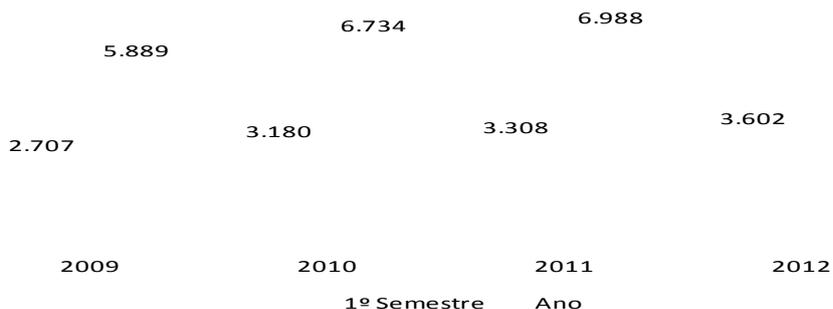
Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS que, de acordo

com o Gráfico 16, até junho de 2012, apresentou uma arrecadação de,

aproximadamente, R\$ 3.602 milhões, frente a uma arrecadação de R\$ 3.308 milhões no mesmo período de 2011. Dessa forma, esse tributo apresentou um crescimento real em torno de 9% quando

se compara o primeiro semestre de 2012 com o mesmo período de 2011. Ressalte-se que esse tributo representou no ano de 2011, 47% das receitas orçamentárias do Estado.

Gráfico 16: ICMS a preços constantes - Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 2º trimestre de 2012.

Em relação à composição do ICMS para o ano de 2011, verifica-se pelo Gráfico 17 que o setor de maior arrecadação é o Comércio com 33,03 % do ICMS total,

seguido da Indústria (20,10%), Combustível (18,28%), Energia Elétrica (9,52%), Comunicação (9,48%), e a Categoria Outros (9,59%).

Gráfico 17: Composição do ICMS - Ceará – 2011

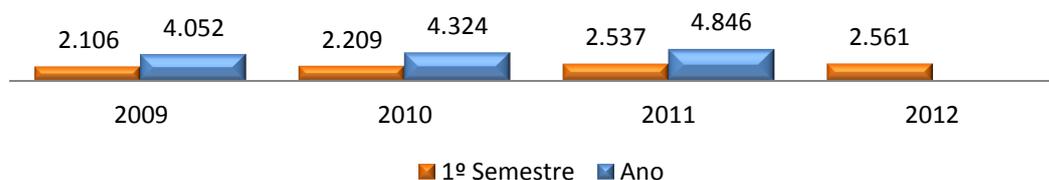


Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

Relativamente às transferências de recursos da União para o Estado, observa-se pelo Gráfico 18 que houve um crescimento de apenas 0,9% entre o

primeiro semestre de 2012 e o de 2011. Assim, até junho de 2012, foram transferidos R\$ 2.561 milhões para o Estado.

Gráfico 18: Transferências da União a preços constantes - Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart. (*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 2º trimestre de 2012.

Dentre as receitas oriundas das Transferências da União, a mais relevante é o Fundo de Participação dos Estados (FPE), responsável, no primeiro semestre de 2012, por 31,69% do total das receitas

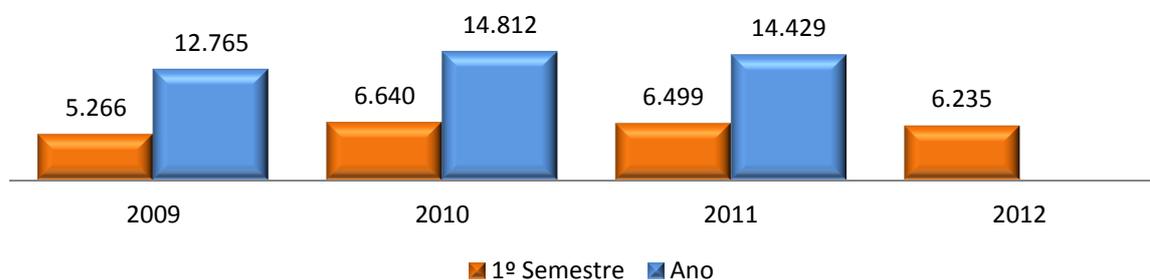
orçamentárias do Estado. Até Junho de 2012, esta receita totalizou R\$ 2.489 milhões, representando, em termos reais, um crescimento de aproximadamente 2,0% a igual período de 2011.

5.3 Despesas

A Despesa Total do Governo do Estado registrou no 1º Semestre de 2012 R\$ 6.235 milhões (Gráfico 19), uma queda em termos reais de aproximadamente 4% em relação ao mesmo período do ano de 2011.

Em termos de participação, os principais componentes da Despesa Total do Estado são Pessoal e Encargos Sociais (40,93%), Outras Despesas Correntes (39,54%) e Investimentos (9,12%).

Gráfico 19: Despesa Total a preços constantes - Ceará – 2009-2012 (*)



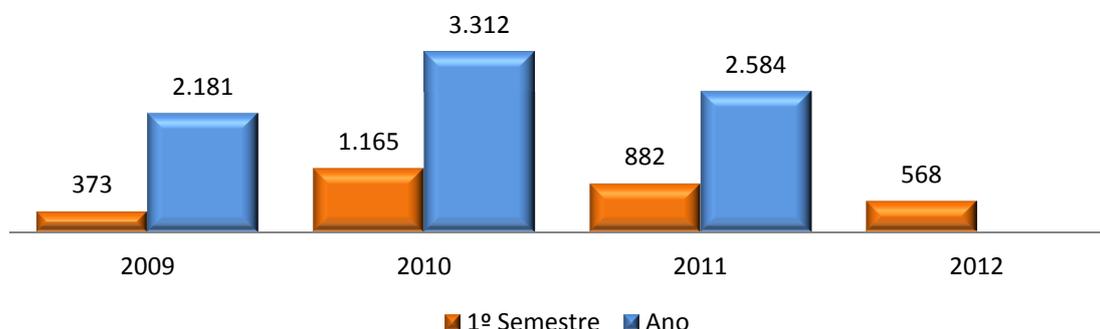
Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 2º trimestre de 2012.

A conta Despesa com Pessoal e Encargos Sociais correspondeu no 1º Semestre de 2012 a R\$ 2.980 milhões, um crescimento em termos reais de aproximadamente 12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação aos gastos com Investimentos, verifica-se pelo Gráfico 20 que nos últimos

três anos os gastos médios com investimentos situaram-se em torno de R\$ 2.692 milhões. Para o ano de 2012, devido a um menor repasse do FPE em decorrência da queda de arrecadação do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), há uma previsão de um gasto com Investimentos entre R\$ 2.800 milhões e R\$ 3.000 milhões.

Gráfico 20: Despesas com Investimentos - Ceará – 2009-2012 (*)

Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 2º trimestre de 2012.

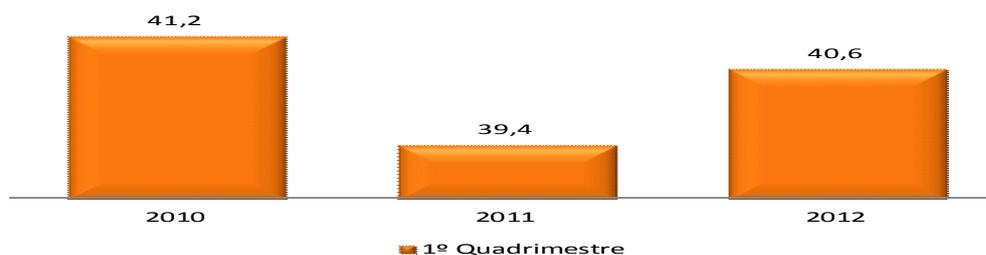
As Outras Despesas Correntes somaram no 1º Semestre de 2012, R\$ 2.298 milhões uma queda real de aproximadamente 11%

com relação ao mesmo período do ano anterior.

5.4 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de maio de 2000, estabeleceu limites para os gastos com pessoal e endividamento das administrações públicas Federal, estadual e municipal. No que se refere ao gasto com pessoal dos estados a LRF estabelece que ele está limitado a 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo o limite prudencial de 46,55% da RCL. Nesse sentido, analisando-se o gasto com pessoal

do Estado do Ceará (Gráfico 21), observa-se que, no primeiro quadrimestre de 2012, ele comprometia 40,6% da sua Receita Corrente Líquida com os gastos dessa rubrica, isto é, um montante bem inferior ao estabelecido na LRF. Deve-se salientar que, tanto no primeiro quadrimestre de 2010 como 2011, essas despesas também estavam bem inferiores aos limites estabelecidos.

Gráfico 21: Gasto com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida (%) – Ceará 2010-2012

Fonte: STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

Relativamente a dívida pública, a LRF estabelece que seu limite seja de 200% da RCL, sendo possível constatar que, de acordo com o Gráfico 22, no primeiro quadrimestre de 2012, a dívida do Estado representava 24,5% de sua receita corrente líquida, representando um montante de 2,8 bilhões de Reais. Nesse sentido é possível afirmar que o Estado possui uma

considerável margem, para contratar empréstimos que possam financiar importantes investimentos do setor público estadual. Dado que a dívida líquida estadual, tanto em termos absolutos como relativos a RCL, está em uma trajetória de crescimento pode-se intuir que essa estratégia já vem sendo utilizada pelo Executivo Estadual.

Gráfico 22: Dívida líquida em relação a Receita Corrente Líquida (%) – Ceará – 2010-2012



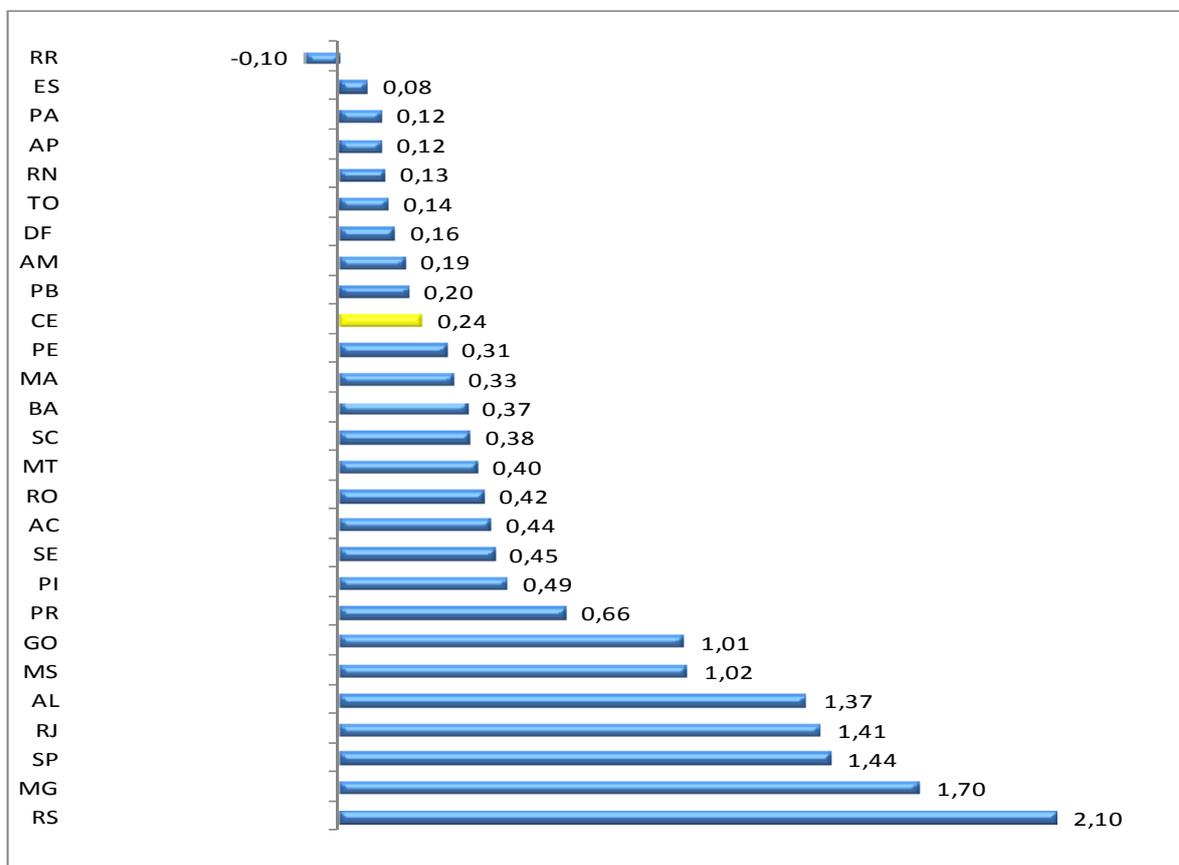
Fonte: STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

5.5 Dívida

O Estado do Ceará encerrou o primeiro quadrimestre de 2012 com uma Dívida Consolidada Líquida em R\$ 2.805 milhões. Há uma redução contínua da relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) nos últimos anos, atingindo o patamar de 0,24 (Gráfico 23) no final do primeiro quadrimestre de 2012, posicionando-se entre os mais baixos da federação e bem abaixo do limite de endividamento que é de duas vezes a

Receita Corrente Líquida, que considera o conceito de dívida consolidada líquida, da qual exclui os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal. Além do baixo nível de endividamento somado ao alto gasto com investimento, o Estado tem mostrado um pesado compromisso com o pagamento do serviço da dívida, por conta de um cronograma de amortizações concentrado no curto prazo.

Gráfico 23: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida-Brasil 1º Quadrimestre de 2012 (*).



Fonte: STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

(*) Os dados dos estados AM, AP, DF, GO, MT, RN e RR referem-se a posição em 31/12/11.

6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Quanto aos dados de Intermediação Financeira, o Saldo das Operações de Crédito do SFN do Nordeste e da Taxa de Inadimplência do SFN do Nordeste, abrangendo todos os estados que compõem a Região no período de um ano. A título de informação, no Brasil em abril de 2011 foram realizadas operações de crédito pelas pessoas físicas num montante de R\$ 820,1 bilhões e R\$ 957,9 bilhões pelas pessoas jurídicas. Já um ano depois as operações

com pessoas físicas passaram para R\$ 985,8 bilhões, enquanto com pessoas jurídicas chegaram a 1.115,7 bilhões. Olhando o crédito como proporção do PIB observa-se que em abril de 2011 representava 45,5% passando para 49,6% em abril de 2012.

De abril de 2011 a abril de 2012 o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste cresceu 28,6%, ou seja, cerca de

57,4 bilhões em apenas um ano. Todos os estados do Nordeste também tiveram um bom desempenho, somente os estados do Rio Grande do Norte e Maranhão realizaram operações de crédito bem acima das operações realizadas pelo Nordeste e dos outros estados da região.

Observando os indicadores relativos às pessoas físicas e jurídicas constata-se que em abril de 2011 do saldo das operações de crédito total realizadas pela Região Nordeste, 46,7% foram realizadas pelas pessoas físicas. Após um ano as mesmas operações passaram para 49,9% ou seja, tiveram um crescimento na participação. Se por outro lado, mudarmos o foco e passarmos a analisar a participação das pessoas jurídicas, constata-se que essa

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Apesar da crise nos países desenvolvidos ainda persistir, o Brasil tem conseguido manter a economia em equilíbrio, com adoção de políticas macroeconômicas de redução dos juros, desoneração tributária e ampliação da oferta de crédito, além da queda no *spread* bancário. No entanto, os efeitos dessas medidas tendem a ser limitados em virtude do aumento do endividamento das famílias e da queda dos juros pesar menos nas prestações do que a extensão dos prazos.

participação era de 53,3% do total, em abril de 2011, caindo para 50,1%, em abril de 2012. Conclui-se, por meio da comparação entre os dois indicadores, que no caso específico do Nordeste há indicativo de tendência de aumento na obtenção de crédito por parte das pessoas físicas devido, provavelmente, ao acesso de mais pessoas ao sistema bancário decorrente do aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Já a trajetória de queda na participação das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas pode ser explicada pela manutenção das elevadas taxas de juros praticadas no Brasil. Este comportamento pode ser verificado de forma semelhante no resto dos Estados que compõem a região Nordeste do Brasil.

Percebe-se que com a persistência da crise, não houve interrupção nos fluxos de financiamento externo e de investimentos diretos, nem a balança comercial apresentou deterioração de forma significativa, apesar da redução dos preços de exportação.

No caso da economia cearense, seu desempenho, no segundo trimestre de 2012 e no fechamento do semestre apresentou resultados superiores ao do país, com um

crescimento de 2,4%, no trimestre e 2,9%, no semestre.

Para esses resultados foram decisivos os desempenhos do Setor de Serviços e da Indústria total. Nos Serviços o destaque continua sendo o Comércio, movido pelas vendas varejistas e nas atividades ligadas ao turismo, Alojamento e alimentação, que tem sido um grande absorvedor de mão-de-obra.

Na Indústria, a Construção civil e os serviços ligados a Eletricidade, gás e água, têm sido o diferencial, dado que a indústria de maior importância na economia cearense, a de Transformação, tem amargado quedas consecutivas, que têm sido corroboradas com os dados de quedas na produção industrial, no decorrer do ano de 2012. Apesar das perspectivas de melhoras para os próximos meses, como consequência das políticas adotadas pelo governo, será difícil obter, em 2012, resultado positivo, uma vez que o setor

indústria já acumula na análise anualizada uma queda de 6,3%.

Outro setor que vem preocupando e influenciando nos resultados da economia cearense é o da Agropecuária, que tem registrado taxas muito negativas e com isso reduzindo a possibilidade de um crescimento maior da economia cearense. Vale dizer que neste primeiro semestre o setor já acumulou uma queda de 31,6%, o que confirma as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do mês de julho/2012, realizado pelo IBGE, que aponta uma quebra de safra de grãos de 81,38%.

Para o fechamento do ano de 2012, o IPECE mantém o crescimento em torno de 4,5%, pelo menos até o terceiro trimestre, quando se terá mais argumentos para fazer uma nova perspectiva com maior segurança. Para o Brasil, no entanto, segundo o Relatório Focus, a estimativa do mercado aponta para uma taxa de 1,64%.

8. A OPINIÃO DO IPECE

O Impacto do Crédito sobre o Desenvolvimento Econômico

José freire Junior

Muitos estudos tratam por meio de aspectos teóricos e empíricos sobre a importância do crédito no crescimento e desenvolvimento econômico, ou seja, procuram confirmar a existência de uma correlação positiva entre crédito e crescimento econômico. Iniciando-se com Schumpeter (1911) que desenvolveu a ideia, a qual, posteriormente, foi discutida por Keynes (1936), de que o investimento exige adiantamento de recursos financeiros, por meio do crédito, cujos correspondentes recursos reais ainda não existem. Este pensamento foi absorvido pelos países desenvolvidos e comporta-se de forma tão pacífica que nos Estados Unidos e Europa acredita-se que o crédito promova um aumento no consumo das famílias, antecipa os investimentos dinamizando a economia como um todo e, portanto, promove o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Muitos estudos apontam que dado que a economia trabalhe com taxas de juros de equilíbrio, um aumento no crédito, no primeiro momento, tem um impacto positivo sobre o desenvolvimento econômico e posteriormente vai desacelerando com o tempo. Contudo, dado que a taxa de juro encontra-se em equilíbrio as famílias voltam a tomar crédito novamente num prazo mais curto do que seria se as taxas de juros estivessem muito acima da taxa de equilíbrio. Portanto, quanto menor as taxas de juros cobradas na obtenção de crédito, maiores

serão os recursos destinados ao consumo das famílias e menores serão os custos financeiros incorridos pelas empresas que obtêm crédito para investimentos, minimizando o impacto na formação final dos preços dos bens e serviços.

A questão, agora, é responder a seguinte pergunta: O crédito no Brasil tem um efeito positivo ou negativo sobre o desenvolvimento econômico?

Para responder esta pergunta precisa-se dividir o destino final do crédito entre pessoas físicas e jurídicas.

Iniciando a análise pelas pessoas físicas e acompanhando os fatos estilizados da conjuntura atual, observa-se que no Brasil prevalece uma frágil concorrência no setor bancário, incluindo, neste contexto, os bancos públicos. Como consequência verifica-se *spread* extremamente elevado impactando diretamente no endividamento das famílias, o que reduz no médio e longo prazo, o consumo das famílias por bens e serviços não bancários, além de aumentar a concentração de renda do setor bancário, prejudicando o desenvolvimento econômico. Ou seja, no início o crédito tomado pelas famílias tem um efeito positivo sobre a dinâmica econômica, porém no médio e longo prazo, dependendo do nível das taxas de juros, poderão vir a ter, ou não, um efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico.

Outro aspecto, interessante que deve ser analisado vem do fato de que nos países desenvolvidos que praticam taxas de juros “civilizadas” existe uma correlação entre aumento do desemprego e/ou redução na renda provocada por algum tipo de recessão com o aumento da inadimplência trazendo resultados negativos para o desenvolvimento econômico.

No Brasil está ocorrendo um fenômeno curioso, tem-se aumento da renda em geral, aumento do número de trabalhadores com carteira assinada associada ao aumento da inadimplência. Talvez uma das explicações para este fato seja o valor do *spread* bancário no Brasil, visto como um dos mais altos do mundo. A justificativa por isso, segundo o sistema financeiro, é que ele incorpora uma proteção contra a inadimplência, causada pelo ambiente de insegurança gerada por dificuldades de execução de garantias e recuperação de créditos, incorrendo em problemas de perigo moral. Das principais variáveis que compõem *spread* bancário no Brasil, segundo a decomposição feita pelo Banco Central do Brasil em 2009, tem-se a inadimplência (32,16%), Impostos Indiretos e Fundo Garantidor de Crédito (3,77%), Impostos Diretos (18,67%) e Lucro (27,97%).

Porém o efeito está sendo outro, ou seja, os juros altos acabam atraindo os maus pagadores e os investidores de risco, já que os agentes econômicos com projetos de retorno econômico “justo” buscam outras

formas de financiamento. Isto pode ser comprovado pelo fato do Brasil estar entre os países com menor relação crédito/PIB, de apenas 49,6%, em abril de 2012, ou seja, longe de uma “bolha de crédito”, que pode ser interpretado como um aumento de crédito sem contrapartida nos fundamentos macroeconômicos, que poderia vir a causar uma severa onda de inadimplência, colocando em risco a estabilidade econômica.

Com relação às pessoas jurídicas o crédito tomado vem crescendo numa velocidade cada vez menor à ocorrida com as pessoas físicas. Isto é, as pessoas jurídicas estão cada vez mais conservadoras na busca de crédito para financiar seus investimentos e isto, obviamente, impacta de forma negativa no desenvolvimento econômico futuro.

Portanto, com as altas taxas de juros praticadas no Brasil se teria, com o aumento do crédito, um aumento da renda e do emprego causado pelo efeito dinamizador do crédito na economia trazendo no curto prazo desenvolvimento e bem estar social num primeiro momento. Porém no médio e longo prazo esta conclusão é difícil de ser afirmada já que dependendo do nível das taxas de juros e do endividamento das famílias podem levar as famílias e as empresas a demorarem a retornar na busca de mais crédito tendo que transferir parte da renda ao setor bancário aumentando a desigualdade de renda do país.

O Aumento da Inadimplência no Brasil

Alexsandre Lira Cavalcante

Para se entender a evolução do nível de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas no Brasil é necessário antes encontrar uma forma de mensurá-la. Dessa forma, é importante inicialmente compreender que informações são necessárias, bem como saber como trabalhá-las. Sabe-se que a inadimplência está relacionada basicamente ao volume de dívidas em atraso, ao volume de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e ao número de protestos de títulos realizados e informados pelos cartórios em um determinado período de tempo.

Alcançar esses números seria uma tarefa bastante exaustiva se estes não fossem objetos de registros de uma das empresas que possui um dos maiores bancos de dados do mundo com informações financeiras cadastrais de empresas e cidadãos e informações negativas que indicam dívidas vencidas e não pagas e os registros de protesto de título, ações judiciais, cheques sem fundos e outros registros provenientes de fontes públicas e oficiais.

Assim, é possível conhecer a evolução da inadimplência no país por meio do indicador de inadimplência que contempla as quatro dimensões junto a base da SERASA EXPERIAN.

Pela análise do índice de fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras em decorrência de não pagamento de compromissos financeiros (PEFIN) é possível afirmar que esse

indicador apresentou alta na comparação maio de 2012 com maio de 2011 de 32,3% para pessoas físicas e 19,4% para pessoas jurídicas. No primeiro caso, foi a maior variação mensal do ano. No acumulado do ano, o crescimento observado das dívidas junto às empresas em geral foi de 19,3% para pessoas físicas e de 19,1% para pessoas jurídicas.

Enquanto isso, o índice de fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às instituições financeiras bancárias em decorrência de não pagamento de compromissos financeiros (REFIN) apresentou alta na comparação maio de 2012 com maio de 2011 de 18,7% para pessoas físicas e 12,0% para pessoas jurídicas. No acumulado do ano, o crescimento observado das dívidas junto aos bancos foi de 25,5% para pessoas físicas e de 26,7% para pessoas jurídicas. Vale notar que o crescimento acumulado em 2012 foi superior ao de 2011 quando foram registradas altas de 5,0% e 12,8%, respectivamente. Isso reflete um claro sinal de aumento de endividamento tanto por parte das famílias quanto por parte das firmas.

No que se relaciona ao número de protestos de títulos informados por cartórios de protestos tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, em maio de 2012 foi registrado um aumento de 2,3% para as pessoas físicas e 10,5% para pessoas jurídicas, frente a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, ocorreram variações de 7,1% para pessoas físicas e 20,1% para pessoas jurídicas. Essas variações revelam algo importante na

medida em que foram observados elevadas quedas desse índice em igual período de 2010 e variação negativa para pessoa física e pequena alta para pessoa jurídica no mesmo período de 2011. Isso mostra uma nítida tendência de elevação no número de títulos protestados em cartórios de pessoas físicas e jurídicas no período mais recente.

O Serasa Experian também realiza mensalmente o levantamento da quantidade de cheques devolvidos por insuficiência de fundos. Sendo assim também foi possível criar um índice que refletisse a evolução dos cheques devolvidos considerando para cômputo do indicador somente a segunda devolução por insuficiência de fundos. Esta informação é obtida junto ao Banco do Brasil, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

O índice de fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos apresentou queda de 5,2% para pessoa física e alta de 8,9% para pessoa jurídica na comparação de maio de 2012 com maio de 2011. No acumulado do ano, foi também observado queda para pessoa física de 4,8% e aumento desse índice para pessoas jurídicas de 4,7% frente a igual período do ano passado.

Nota-se que o índice de insuficiência de fundos para pessoa física vem apresentando uma clara tendência de baixa ao apresentar sucessivas quedas nos últimos três anos. Todavia, o índice de insuficiência de fundos para pessoa jurídica apresentou elevações sucessivas nos últimos dois anos, após a forte baixa em 2010.

Possivelmente a redução no índice de insuficiência de fundos para pessoas físicas

tenha como causa principal a redução do uso dos cheques nas transações comerciais. Por outro lado, o aumento do índice de insuficiência de fundos das pessoas jurídicas reflete o aumento da inadimplência das mesmas.

Vale destacar que o número de cheques compensados, no Brasil, registrou queda de 9,25% entre o acumulado de janeiro a maio de 2011 e 2012, passando de 425 milhões cheques para 385 milhões cheques e que a quantidade de cheques devolvidos caiu em 2,39% na mesma comparação passando, de 8,2 milhões cheques para 8,0 milhões cheques. Como o número de cheques compensados registrou uma queda superior ao número de cheques devolvidos isso fez com que o índice de cheques devolvidos por insuficiência de caixa por mil compensados aumentasse de 19,3 cheques por mil para 20,8 cheques por mil na comparação dos dois períodos. Isso reflete o aumento da inadimplência em especial das pessoas jurídicas.

Por fim, o índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas (INAP) é construído a partir de séries históricas de inadimplência extraídas da base de dados da Serasa *Experian*.

Vale destacar que tal índice é considerado um índice composto, pois o mesmo é formado por outros quatro índices que captam a quantidade de anotações negativas informadas pelas instituições financeiras (bancos) em decorrência do não pagamento de compromissos financeiros; a quantidade de anotações negativas informadas pelas empresas em geral (financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras) também em decorrência de não pagamento de compromissos financeiros; quantidade de anotações

negativas referentes a protestos de títulos, informados por cartórios de protestos; e por fim a quantidade de cheques sem fundos devolvidos após segunda reapresentação para cada mil compensados informados pelo Banco do Brasil.

Em resumo esse índice registra a quantidade (fluxo) mensal de anotações de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas que sensibilizam a base de dados da Serasa *Experian* cuja série histórica teve início em janeiro de 1999.

Pela análise do comportamento do índice é possível afirmar que a inadimplência das pessoas físicas e jurídicas aumentou respectivamente em 21,4% e 13,2% na comparação de maio de 2012 com maio de 2011. Já no acumulado do ano, essas taxas cresceram em 20,0% e 17,5%, respectivamente.

Diante o exposto é possível concluir que o grau de inadimplência das famílias e das firmas está aumentando de maneira acelerada na medida em que ocorreram taxas bastante elevadas nesse índice em igual período do ano passado de 20,6% e 11,9%, depois de terem apresentado queda em igual período de 2010.

A inadimplência das pessoas físicas tem crescido mais em função do aumento das

dívidas em atraso junto aos bancos que registrou taxa de crescimento superior em cinco vezes aquela registrada em igual período de 2011, seguida pelas dívidas em atraso junto às demais empresas (financeiras, cartões de crédito e empresas em geral), mesmo tendo ocorrido forte endividamento em igual período de 2011. O protesto de títulos também tem ganhado força no último período analisado. Já o número de cheques devolvidos para cada mil compensados tem se reduzido devido a diminuição do uso dos mesmos.

No que se refere à inadimplência das pessoas jurídicas esta cresceu principalmente em função do aumento das dívidas em atraso junto aos bancos, aumento do número de protestos de títulos e ações judiciais, aumento das dívidas em atraso junto às empresas em geral e também pelo aumento da insuficiência de fundos.

Em resumo, o aumento da inadimplência das pessoas físicas e jurídicas está bastante relacionado à disponibilidade de crédito. A falta de planejamento financeiro por parte das famílias e a desorganização na gestão financeira por parte das empresas podem ser alguns dos fatores que podem explicar esse resultado.